



ENCONTRO DE CÚPULA

Agora, Xi recebe Putin

Dias depois da visita de Donald Trump, presidente chinês se reúne com o colega da Rússia. Pequim confirma a posição como vértice das relações internacionais na ordem multipolar

» SILVIO QUEIROZ

Uma semana depois de dominar as manchetes internacionais com a recepção a Donald Trump, uma visita marcada pela pompa e pela afirmação da China como um dos polos centrais na ordem internacional multipolar, o presidente Xi Jinping prepara novamente o tapete vermelho para receber o colega da Rússia. Vladimir Putin desembarca em Pequim, na terça-feira, determinado a reafirmar os laços firmados nos últimos anos, e reafirmados na antessala da invasão russa à Ucrânia, em fevereiro de 2022.

“A Rússia está ligada à China por laços mais profundos e fortes do que as tradicionais alianças políticas e militares”, disse à imprensa o chanceler Sergei Lavrov, comentando os impactos da reunião entre Xi e Trump, que dominou o noticiário internacional na última semana. “É um novo tipo de relação que estabiliza a política mundial e a economia mundial mais do que qualquer outro fator”, completou. O chanceler russo falou à imprensa na capital da Índia, Nova Délhi, onde encontrou os colegas do Brics, como parte dos preparativos para a cúpula anual do bloco emergente, em junho.

Lavrov, tido entre os diplomatas mais capacitados da atualidade, não deixou de comentar os resultados da reunião de cúpula entre os chefes de Estado e governo das duas potências com as quais a Rússia procura contracenar na condução dos assuntos internacionais — com destaque para as guerras em andamento no Oriente Médio e na Ucrânia, esta com participação direta da Rússia. “Se os acordos alcançados ou a serem alcançados por Pequim e Washington forem do interesse de nossos amigos chineses, só podemos ficar satisfeitos”, declarou, antes de deixar a capital indiana.

Estratégia

O regime comunista de Pequim, como de hábito no trato dos temas centrais de política externa, guardava ontem a habitual discrição. O Kremlin, por sua vez, adiantou que Putin leva na bagagem duas ordens de interesses. “Os dois presidentes conversarão sobre os principais temas

Greg Baker/AFP



A visita de Donald Trump nas manchetes da mídia chinesa: país se acostuma a ocupar posição central no tabuleiro geopolítico do século 21

internacionais e regionais e assinaram uma declaração conjunta”, informou, em comunicado. Putin, diz o texto, busca com o colega chinês “reforçar ainda mais a relação global e a cooperação estratégica”. A agenda prevê um encontro com o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, dedicado à cooperação econômica e ao comércio.

A abordagem da China para a recepção a Putin guarda semelhanças — em nenhuma medida meras coincidências — com a concepção que norteou a condução da visita de Donald Trump. Assim como fez na última semana, a experimentada diplomacia chinesa dará sequência ao movimento pelo qual saiu da habitual discrição, em certa medida, para assumir uma posição central no tabuleiro geopolítico.

“O sinal mais importante a ser lido, na linguagem chinesa, é a introdução de um novo lema: estabilidade estratégica construtiva”, disse

ao **Correio** Lizzi Lee, que integra o Centro de Análises sobre a China no think tank norte-americano Asia Society. “Pequim está, efetivamente, propondo aos parceiros um novo sistema operativo para as relações entre as grandes potências.”

Parte dessa abordagem, no que diz respeito à Rússia, é a cuidadosa intervenção de Pequim no conflito da Ucrânia. A despeito da aliança estratégica com o Kremlin, selada às vésperas da invasão russa ao país vizinho, em 2022, Xi tem procurado se apresentar como um interlocutor capaz de aproximar as partes para uma solução diplomática. A China pede negociações de paz e o respeito à integridade territorial de todos os países, mas nunca condenou a Rússia. Apesar disso, apresentou, em parceria com o Brasil, uma proposta para que os governos de Moscou e Kiev se sentem à mesa para negociar os termos de um acordo de paz definitivo.



» Taiwan reafirma a independência

A Rússia está ligada à China por laços mais profundos e fortes do que as tradicionais alianças políticas e militares”

Sergei Lavrov, chanceler da Rússia

O governo de Taiwan insistiu, ontem, em que constitui “uma nação democrática, soberana e independente”, em resposta a uma declaração feita pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pouco antes de encerrar a visita de dois dias à China, que considera a ilha “parte inalienável” do país. Desde os anos 1970, Washington reconhece a República Popular como única representante legítima da China, embora tenha compromisso com a defesa de Taiwan contra uma ofensiva militar para submetê-la ao controle de Pequim. Antes de voltar para Washington, Trump se opôs publicamente a qualquer declaração separatista e negou apoio militar à iniciativa: “Não quero que alguém declare a independência, supondo que vamos percorrer 15 mil km para ir à guerra”.

TERRORISMO

Líder jihadista morto na Nigéria

Estados Unidos e Nigéria anunciaram, ontem, a morte de um líder do grupo extremista Estado Islâmico (EI) considerado o “número dois” na hierarquia do movimento, em operação conjunta conduzida no país africano. A Nigéria tornou-se palco frequente de ataques da organização fundamentalista, que deslocou suas atividades para a África depois de ter sofrido golpes em seu berço, na Síria e no Iraque.

“Abu Bilal al-Minuki, segundo na linha de comando do EI, pensou que poderia se esconder, mas não sabia que tínhamos fontes que nos mantinham informados sobre o que ele estava fazendo”, declarou o presidente Donald Trump. Na rede Truth Social, ele publicou que “o terrorista mais ativo do mundo” foi eliminado em “uma missão meticulosamente planejada e muito complexa”.

Abu Bilal al-Minuki nasceu em 1982 no estado de Borno, noroeste da Nigéria. “Com a eliminação dele, as capacidades operacionais do EI em todo o mundo ficam consideravelmente reduzidas”, acrescentou Trump. Foi a segunda vez, em cinco meses, que o republicano ordena uma intervenção do Exército norte-americano na Nigéria, onde denunciou uma suposta perseguição aos cristãos. “Durante meses, perseguimos o alto comandante do Estado Islâmico, que matava cristãos, e o matamos, ele e toda a sua quadrilha”, celebrou, na rede social X, o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth.

O presidente nigeriano, Bola Tinubu, confirmou a notícia vinda de Washington. “Nossas Forças Armadas, determinadas e em estreita colaboração com os EUA, executaram uma ousada operação que desferiu um duro golpe ao Estado Islâmico”, afirmou Tinubu, em comunicado.

O Exército nigeriano descreveu Abu Bilal al-Minuki como um “alto dirigente do Estado Islâmico e um dos terroristas mais ativos do mundo”. O líder jihadista “foi abatido ao lado de vários de seus auxiliares, durante um bombardeio contra seu complexo na bacia do lago Chade”, detalhou o presidente da Nigéria.

Hamas atingido

Israel anunciou ontem a morte do chefe do braço armado do movimento palestino Hamas, Ezedin al-Haddad, apresentado como um dos arquiteetos do ataque de 7 de outubro de 2023. Na sexta-feira, as Forças Armadas israelenses anunciaram que ele tinha sido alvo de um ataque aéreo. “Em um ataque de precisão na Cidade de Gaza, o terrorista Ezedin al-Haddad foi eliminado”, afirma um comunicado militar.

Paulo Delgado

contato@paulodelgado.com.br

250 ANOS DOS EUA

Duzentos e cinquenta anos depois de 4 de julho de 1776, os EUA comemoram a declaração de sua independência frente à Inglaterra. Tantos anos após tal feito, os Estados Unidos seguem sendo uma inspiração, à qual vem se ajuntando uma série de contradições. Poucos momentos moldaram tanto o imaginário moderno de liberdade política e igualdade entre as pessoas quanto a fundação dos EUA, ao mesmo tempo que poucas potências exerceram tamanho impacto — positivo e negativo — sobre a autonomia de outros povos ao longo dos séculos seguintes. Juntamente com a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917, a Revolução Americana é uma das três que mais influenciaram mentes e corações mundo afora.

Andando pelo sétimo, o sexto e o quinto arrendissements de Paris, olhos atentos perceberão significativas menções à Revolução Americana contra a

dominação inglesa, que começou em 1775 e terminou com um tratado de paz em 1783. A estátua de Thomas Jefferson, principal redator da Declaração de Independência dos EUA, é uma delas, assim como o próprio prédio onde foi assinado o tratado em que a Grã-Bretanha reconheceu formalmente os EUA como nação independente, dando, assim, fim à Guerra de Independência, em 1783.

Numa demonstração dessa triangulação de ideias entre a América do Norte, a França e a nossa América do Sul, o mártir da Inconfidência Mineira (1788-1789), Tiradentes, carregava consigo um livro em francês com textos fundadores dos Estados Unidos, como a Declaração de Independência e outras leis do nascente país, que se queria republicano e democrático.

Uma pesquisa no Arquivo Nacional norte-americano mostra as milhares de cartas envolvendo as principais

personagens da conspiração que viria a impulsionar a revolução e a criação dos EUA, bem como suas primeiras décadas de existência como nação soberana. Em uma delas, endereçada a John Jay, aprendemos que em Nimes, no sul da França, em março de 1787, encontraram-se o então embaixador estadunidense em Paris, Thomas Jefferson, e o estudante brasileiro José Joaquim Maia e Barbalho, vulgo Vendek, que, então, estudava em Montpellier, cidade vizinha. O encontro marcado era um esforço deste último para angariar apoio de Jefferson e dos recém-independentes Estados Unidos ao movimento de independência que se organizava em Minas Gerais. A correspondência de Jefferson com os EUA revela que ele comprou a ideia de que uma revolução brasileira apoiada pelos estadunidenses seria ao mesmo tempo possível e lucrativa. De todo modo, ainda não seria naquele momento que os EUA se sentiriam prontos a se envolverem em assuntos internos do Brasil.

A formalização da declaração de independência começou a tomar corpo em 7

de junho de 1776, quando Richard Henry Lee apresentou ao Congresso Continental o que viria a ser conhecido como a Resolução Lee, instando uma decisão que expressasse que “estas Colônias Unidas (...) deveriam ser estados livres e independentes”. Nesse contexto, o Congresso, sediado na cidade da Filadélfia, debateu a independência por vários dias, formando uma Comissão dos Cinco para redigir uma Declaração Formal de Independência. O comitê era composto por John Adams, Roger Sherman, Benjamin Franklin, Robert Livingston e Thomas Jefferson, sendo que ao último foi atribuída a tarefa de escrever o documento, posteriormente revisado por Franklin e Adams antes de ser submetido ao Congresso algumas semanas depois.

Ao completar 250 anos, os Estados Unidos têm diante de si uma oportunidade rara de reconectar prática e princípio. O país que ajudou a difundir pelo mundo ideias de autogoverno, bom-senso, liberdade e busca da felicidade não pode ignorar que parte de suas ações contemporâneas reproduz, sob novas formas,

justamente as “injúrias e usurpações” denunciadas em 1776.

Como a lei espiritual do retorno é indômita, esse processo também produz efeitos complicados e desagradáveis sobre os próprios EUA: desagraste institucional e crescente dificuldade de oferecer ao cidadão comum aquela promessa original de liberdade e bem-viver. Ainda assim, permanece vivo o potencial norte-americano de servir como luz para o mundo, não apenas pelo poder do Estado, mas pela vitalidade de sua sociedade, de suas universidades, de seus artistas, de sua capacidade de inovação e da força universal de muitos de seus valores fundadores. Talvez o verdadeiro espírito de 1776 resida precisamente na possibilidade de revisitar criticamente os próprios caminhos para que independência, liberdade e dignidade voltem a significar algo compartilhável entre as nações, e não apenas reivindicado egoisticamente dentro de suas fronteiras.

PAULO DELGADO, sociólogo